



Diário Eletrônico  
Ministério Público do Rio Grande do Sul  
Procuradoria-Geral de Justiça  
[assessorialegislativa@mprs.mp.br](mailto:assessorialegislativa@mprs.mp.br)

Porto Alegre, 14 de julho de 2020.

Edição n. 2882

**Nesta Edição:**

**PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**

Boletins..... 2

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS**

Portarias..... 2

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

Boletins de Pessoal..... 2

Súmulas de Contratos..... 3

Avisos de Licitações..... 3

Editais..... 3

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

Boletins..... 3



Diário eletrônico  
**Ministério Público**  
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 14 de julho de 2020.

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição n. 2882

**PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**

**BOLETIM N. 191/2020**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:**

**REVOGAR**

- tendo em vista o que consta no PR.00975.00320/2019-1, conforme decisão proferida pelo Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, a Portaria n. 3522/2019, que autorizou o afastamento da Dra. JÚLIA FLORES SCHUTT, Promotora de Justiça de entrância intermediária, ID n. 3713652, para frequentar curso de Mestrado em Estratégias Anticorrupção e Políticas de Integridade da Universidade de Salamanca, Espanha, sem prejuízo à sua classificação, nos termos da Resolução 03/2010 - CSMP (Port. 1656/2020).

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 14 de julho de 2020.

**LUCIANO DE FARIA BRASIL,**

Promotor-Assessor.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
 PARA ASSUNTOS JURÍDICOS**

**PORTARIA N. 107/2020 - PF**

**DECRETO DE IRREGULARIDADE  
 CONTAS NÃO APRESENTADAS – ANO-BASE 2018**

**O PROCURADOR DE FUNDAÇÕES**, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 66 do Código Civil, c/c o artigo 19, inciso II, alínea "c", da Lei Estadual n. 7.669/82 - Lei Orgânica do Ministério Público; com o artigo 2º, II e § 1º do Provimento n. 72/2008-PGJ, desta Procuradoria-Geral de Justiça, **DECRETA A IRREGULARIDADE** da FUNDAÇÃO FRANCISCO XAVIER KUNST, com sede em Campo Bom, RS, decorrente da não-apresentação da prestação de contas referente ao exercício financeiro de 2018, em conformidade com o que consta no PR.00031.00369/2019-0.

Registre-se e publique-se.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 22 de junho de 2020.

**KELLER DORNELLES CLÓS,**

Procurador de Fundações.

**PORTARIA N. 108/2020 - PF**

**DECRETO DE IRREGULARIDADE  
 CONTAS NÃO APRESENTADAS – ANO-BASE 2018**

**O PROCURADOR DE FUNDAÇÕES**, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 66 do Código Civil, c/c o artigo 19, inciso II, alínea "c", da Lei Estadual n. 7.669/82 - Lei Orgânica do Ministério Público; com o artigo 2º, II e § 1º, do Provimento n. 72/2008-PGJ, desta Procuradoria-Geral de Justiça,

**DECRETA A IRREGULARIDADE** da FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL PARA O DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA - FUNDAE, com sede em Santa Maria, RS, decorrente da não-apresentação da prestação de contas referente ao exercício financeiro de 2018, em conformidade com o que consta no PR.00031.00341/2019-9.

Registre-se e publique-se.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 22 de junho de 2020.

**KELLER DORNELLES CLÓS,**

Procurador de Fundações.

**PORTARIA N. 109/2020 - PF**

**DECRETO DE IRREGULARIDADE  
 CONTAS NÃO APRESENTADAS – ANO-BASE 2018**

**O PROCURADOR DE FUNDAÇÕES**, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 66 do Código Civil, c/c o artigo 19, inciso II, alínea "c", da Lei Estadual n.º 7.669/82 - Lei Orgânica do Ministério Público; com o artigo 2º, II e § 1º, do Provimento n.º 72/2008-PGJ, desta Procuradoria-Geral de Justiça, **DECRETA A IRREGULARIDADE** da FUNDAÇÃO ABRAMO EBERLE, com sede em Caxias do Sul, RS, decorrente da não-apresentação da prestação de contas referente ao exercício financeiro de 2018, em conformidade com o que consta no PR.00031.00234/2019-6.

Registre-se e publique-se.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 22 de junho de 2020.

**KELLER DORNELLES CLÓS,**

Procurador de Fundações.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
 PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

**BOLETIM N. 190/2020**

O Excelentíssimo Senhor Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, **BENHUR BIANCON JR.**, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder as vantagens a seguir:

NOME	ID	AVANÇO	DATA BASE	REF. PGTO.
Fabiana Rodrigues Aquare	4242033/2	01 03 %	04/06/2020	04/06/2020

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 14 de julho de 2020.

**BENHUR BIANCON JR.,**

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**NOTA:** Vantagens previstas para o mês de julho para os funcionários dos quadros de cargos em comissão da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme aviso emitido pelo Sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE).



Diário eletrônico  
**Ministério Público**  
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 14 de julho de 2020.

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição n. 2882

**SÚMULA DO 2º ADITIVO AO CONTRATO  
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 063 /2018  
PROCEDIMENTO N. 02405.000.076/2018  
PREGÃO ELETRÔNICO N. 042/2018**

**CONTRATADA:** JDR SERVICES LTDA. - ME; **OBJETO:** promover o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, passando a valer os seguintes valores a contar de 1º de janeiro de 2020: Montante A - R\$ 9.613,05; Montante B - R\$ 1.587,36; Montante C - R\$ 1.625,05; Montante D - R\$ 2.131,35 (D1 R\$1.861,30 e D2 R\$ 270,05); Total mensal A + B + C + D = R\$ 14.956,81; promover o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, passando a valer os seguintes valores a contar de 1º de fevereiro de 2020: Montante A - R\$ 9.613,05; Montante B - R\$ 1.587,36; Montante C - R\$ 1.647,05; Montante D - R\$ 2.135,00 (D1 R\$1.861,30 e D2 R\$ 273,70); Total mensal A + B + C + D = R\$ 14.982,46; prorrogar por 12 (doze) meses, a contar de 03 de julho de 2020, a vigência do Contrato e consignar, ainda, que a presente prorrogação dar-se-á sem prejuízo dos ajustes necessários decorrentes das alterações de alíquotas implementadas pela Medida Provisória 932/2020. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** UO 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.37, Rubrica 3701. **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93, e nas cláusulas décima e décima sexta do ajuste.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 03 de julho de 2020.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**

**Pregão Eletrônico n. 46/2020** (PGEA n. 588.000.175/2020)

**Tipo:** Menor preço. **Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de inspeção, manutenção (com substituição de peças defeituosas eventualmente encontradas nos equipamentos instalados) e recargas de extintores de incêndio (1446 unidades sendo 1446 recargas e 204 retestes) e teste hidrostático em mangueiras de incêndio (349 unidades), nas Sedes do Ministério Público Estadual distribuídas em 16 regiões, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

**Data e horário de abertura das propostas:** 27/07/2020, às 14 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 28/07/2020, às 14 horas. **Local:** [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br).

**Editais disponíveis na página:** <https://www.mprs.mp.br/licitacao/> e [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br).

**Informações gerais:** [licitacoes@mprs.mp.br](mailto:licitacoes@mprs.mp.br). **Base legal:** Lei Estadual n. 13.191/09, Lei n. 10.520/02, LC n. 123/06 e Lei n. 8.666/93.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 13 de julho de 2020.

**LUCIANO FERNANDES TEIXEIRA**,  
Pregoeiro.

**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**

**Pregão Eletrônico n. 47/2020** (PGEA n. 00588.000.123/2020)

**Tipo:** Menor preço. **Objeto:** Registro de Preços de torneiras e válvulas, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 31/07/2020, às 12 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 31/07/2020, às 15 horas. **Local:** [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br).

**Editais disponíveis na página:** <https://www.mprs.mp.br/licitacao/> e [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br).

**Informações gerais:**

[licitacoes@mprs.mp.br](mailto:licitacoes@mprs.mp.br). **Base legal:** Lei Estadual n. 13.191/09, Lei n. 10.520/02, LC n. 123/06 e Lei n. 8.666/93.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 13 de julho de 2020.

**MARLY DE BARROS MONTEIRO**,  
Pregoeira.

**EDITAL N. 066/2020**

**EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

O Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público (CPAD), designado pela Portaria n. 2263/2019, publicada no Boletim n. 218/2019, do Diário Eletrônico do Ministério Público, de 25/06/2019, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 30º (trigésimo) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do RS, se não houver oposição, serão eliminados os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos n. 17/2020, preenchida de acordo com a Tabela de Temporalidade de Documentos, disponível na página do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, [http://www.mprs.mp.br/gestao\\_documental/](http://www.mprs.mp.br/gestao_documental/) e na Unidade de Gestão Documental, Protocolo e Expedição, Rua General Andrade Neves, 106, 6º andar – Porto Alegre – RS.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstração de legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público, localizada no endereço supracitado.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 14 de julho de 2020.

**ANDRÉ FERNANDO JANSON CARVALHO LEITE**,

Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

**BOLETIM N. 23/2020**

**O COORDENADOR DO CAO DO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

**TIPO DE PROCEDIMENTO:** Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. **N. DO PROCEDIMENTO:** 00728.000.573/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Débora Jaeger Becker. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul. **OBJETO:** Apurar possível prejuízo aos consumidores em razão da possibilidade de fechamento da Estação Rodoviária de Cachoeira do Sul, com alteração no local de venda de passagens e pontos de embarque e desembarque de passageiros. **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** Cachoeira do Sul.



TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00755.001.429/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Casarin Schütz. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta. OBJETO: acompanhar o serviço de inspeção de alimentos no Município de Boa Vista do Inkra, bem como contatar gestores a fim de sensibilizá-los quanto à necessidade de criação dos serviços de Inspeção Municipal de Alimentos (SIM), que servem para a comercialização regular de produtos de origem animal dentro do Município, contratando um veterinário para tanto, caso ainda não exista, conforme orientações institucionais do Programa de Segurança Alimentar. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Boa Vista do Inkra/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00755.001.431/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Casarin Schütz. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta. OBJETO: acompanhar o serviço de inspeção de alimentos no Município de Boa Vista do Cadeado, bem como contatar gestores a fim de sensibilizá-los quanto à necessidade de criação dos serviços de Inspeção Municipal de Alimentos (SIM), que servem para a comercialização regular de produtos de origem animal dentro do Município, contratando um veterinário para tanto, caso ainda não exista, conforme orientações institucionais do Programa de Segurança Alimentar. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Boa Vista do Cadeado/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00755.001.432/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Casarin Schütz. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta. OBJETO: acompanhar o serviço de inspeção de alimentos no Município de Fortaleza dos Valos, bem como contatar gestores a fim de sensibilizá-los quanto à necessidade de criação dos serviços de Inspeção Municipal de Alimentos (SIM), que servem para a comercialização regular de produtos de origem animal dentro do Município, contratando um veterinário para tanto, caso ainda não exista, conforme orientações institucionais do Programa de Segurança Alimentar. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Fortaleza dos Valos/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00770.000.298/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Estrela. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Cozza Bruno. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela. OBJETO: Apurar reclamação por abaixo assinado de moradores da Linha Geraldo Baixa e Linha Geraldo Alta, área rural do Município de Estrela, quanto à deficiência na prestação de serviço de internet e telefonia fixa rural. INVESTIGADO(S): OI S/A. LOCAL DO FATO: Município de Estrela/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00814.000.251/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rossano Biazus. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto

Alegre. OBJETO: deficiência de informações na oferta de serviços e cobrança indevida. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00832.001.294/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rossano Biazus. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Representação do CEVS, acerca de uso de agrotóxico além do limite permitido. INVESTIGADO(S): Rede Grande Sul Supermercados. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00832.001.281/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alcindo Luz Bastos da Silva Filho. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Possível fabricação e/ou comercialização de produto impróprio ao consumo. INVESTIGADO(S): E.L. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HIGIÊNICOS LTDA. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00832.001.282/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alcindo Luz Bastos da Silva Filho. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Possível fabricação e/ou comercialização de produto impróprio ao consumo. INVESTIGADO(S): ROSIMAR DA ROSA NUNES (FRALDAS SARAH BABY). LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01756.000.343/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rossano Biazus. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Apuração de práticas abusivas notificadas contra a investigada, abrangendo deficiência de informações na oferta e contratação de empréstimos consignados, assinatura de documentos em branco, taxa de juros abusivos, divergência entre o mês de competência final e o de vencimento da última parcela dos contratos nos contracheques dos servidores, divergência de valores contratados, exigência de retirada de reclamações em órgãos de defesa do consumidor para a concessão de crédito, dificuldades para obtenção do contrato e informações sobre o demonstrativo do empréstimo e parcelas de pagamento, dificuldades para possibilitar a portabilidade dos contratos. INVESTIGADO(S): Facta Financeira. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00832.001.240/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rossano Biazus. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Apurar fornecimento de produto impróprio ao consumo, com a presença de agrotóxico em desacordo com as normas regulamentares. INVESTIGADO(S): Nat. Cereais e Alimentos Ltda. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.



Diário eletrônico

# Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 14 de julho de 2020.

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição n. 2882

DO PROCEDIMENTO: 01413.000.078/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alcindo Luz Bastos da Silva Filho. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Trata-se de reclamação versando sobre negativa de atendimento por médicos credenciados ao IPERGS que atendem na Santa Casa. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01413.000.945/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alcindo Luz Bastos da Silva Filho. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Apurar suposta prática abusiva consistente na realização de ligações telefônicas aos consumidores cuja origem da base de dados da investigada é desconhecida. INVESTIGADO(S): AJ Cândido. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00832.001.239/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alcindo Luz Bastos da Silva Filho. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Comercialização de mamão com índices de agrotóxicos superiores aos permitidos. INVESTIGADO(S): EBM Logística de Alimentos. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00832.001.229/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rossano Biazus. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Comercialização de aveia com índices de agrotóxicos superiores aos permitidos. INVESTIGADO(S): Pepsico do Brasil. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01413.001.711/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rossano Biazus. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Reclamação da cobrança de tarifa bancária em doc de pagamento de taxa condominial em nome de Nanco central e Febraban. INVESTIGADO(S): Aliança Ass. e Adm. de Condom. Ltda. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00873.000.390/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Paula Regina Mohr. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo. OBJETO: Documentos PROCON preços abusivos de álcool gel e máscaras de proteção. INVESTIGADO(S): DIMED S/A - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS (PANVEL), Comércio de Medicamentos Brair Ltda. (Matriz - Farmácias São João). LOCAL DO FATO: Santo Ângelo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00929.000.550/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Veranópolis. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lucio Flavo Miotto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Veranópolis. OBJETO: Em tese, exposição de

produtos à venda em desconformidade com as normas sanitárias vigentes. INVESTIGADO(S): Elizandra Saleté Didoné - ME. LOCAL DO FATO: Vila Flores.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00929.000.551/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Veranópolis. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lucio Flavo Miotto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Veranópolis. OBJETO: Em tese, elaboração de alimentos utilizando produtos com prazo de validade vencido. INVESTIGADO(S): Mascaron Paradoiro e Restaurante Ltda. LOCAL DO FATO: Veranópolis.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 10 de Julho de 2020.

**GUSTAVO DE AZEVEDO E SOUZA MUNHOZ**, Coordenador do CAO do Consumidor e da Ordem Econômica. De acordo,

**MARCELO LEMOS DORNELLES**, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

## BOLETIM N. 24/2020

**O COORDENADOR DO CAO DO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01500.000.539/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marlise Martino Oliveira. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. OBJETO: Apurar o cumprimento da Lei Estadual n. 15.105, que estabelece normas de segurança para proteção e defesa da integridade física, moral e patrimonial do consumidor de serviços de natureza bancária. INVESTIGADO(S): Banco do Brasil, Banco Banrisul - Gerência de Atendimento ao Judiciário e Processos Oficiais, Banco Santander - Contencioso Estratégico - Jurídico Institucional (Aline Bottacin Duarte). LOCAL DO FATO: Bagé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01413.000.032/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rossano Biazus. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: alteração da forma de entrega da conta mensal de energia elétrica (do endereço físico para o endereço eletrônico/e-mail). INVESTIGADO(S): RGSul - Gerência Jurídica. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00832.000.860/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rossano Biazus. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: apurar exercício ilegal da medicina em comunicado promovido pela ABRAHOF recomendando o uso da Vitamina D3 para reduzir a incidência severidade e risco de morte pela COVID-19. INVESTIGADO(S): Associação Brasileira de Harmonização Orfacial - ABRAHOF. LOCAL DO



FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01872.000.114/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Pereira Pereira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. OBJETO: cumprimento da Lei Estadual n.º 15.364/2019 no Município de São Francisco de Paula. INVESTIGADO(S): Caverna Comércio de Artigos de Caça, Pesca e Camping Ltda. LOCAL DO FATO: São Francisco de Paula.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01892.000.029/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Seberi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcelo Fagundes Fischer. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Seberi. OBJETO: Apurar eventual cobrança irregular por parte do Hospital Pio XII para a obtenção de cópias de documentação. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Seberi-RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01413.000.128/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Roberta Morillos Teixeira. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão. OBJETO: Apurar eventual dano ao consumidor decorrente da cobrança indevida de taxa de 10% de serviço e do não fornecimento de documento fiscal. INVESTIGADO(S): Cabritos Lanches e Gurilas Grill. LOCAL DO FATO: Viamão.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 13 de julho de 2020.

**JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR**,  
Coordenador do CAO do Consumidor e da Ordem Econômica,  
em exercício.

De acordo,  
**MARCELO LEMOS DORNELLES**,  
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

#### BOLETIM N. 264/2020

**A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/auditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01784.000.201/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Iraí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcio Luigi Teixeira Pinto. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Iraí. OBJETO: Efetuar o acompanhamento das políticas públicas adotadas pelo Município de Iraí, no âmbito da Assistência Social, para atender aos munícipes atingidos pelo fenômeno meteorológico conhecido por "ciclone-bomba", ocorrido em 30 de junho de 2020 e que atingiu de forma maciça este Município. INVESTIGADO(S): Município de Iraí/RS. LOCAL DO FATO: Iraí-RS. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00802.000.789/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sérgio da Fonseca Diefenbach. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado. OBJETO: Relação dos pacientes com necessidade de urgência na realização de cirurgia. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Santa Clara. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00853.002.227/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada do Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Camile Balzano de Mattos. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 34. OBJETO: Apurar a regularidade da prestação de serviço como posto de coleta laboratorial da Clínica Amor Saúde e sua vinculação a laboratório clínico. INVESTIGADO(S): Fagundes Clínicas de Medicina e Odontologia Eireli. LOCAL DO FATO: Rio Grande-RS. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00852.000.729/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada do Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Camile Balzano de Mattos. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 34. OBJETO: Fiscalização da ILPI BEM ESTAR LAR DE IDOSOS, localizada Av. Engenheira Lúcia Maria Balbada Chiesa, n. 7469, antiga Pousada Blumengarten, neste Município, Álisson Anastácio Pedroso Me (CNPJ 22566928/0002-51), administrada por Álisson Anastácio Pedroso (CPF 82941238034) e tendo como responsável técnica LILIAN TORRES LOUZADA, CPF 80200524020, da empresa Support Life. INVESTIGADO(S): ILPI Bem Estar Lar de Idosos, Álisson Anastácio Pedroso, Lílian Torres Louzada. LOCAL DO FATO: Rio Grande. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00852.000.730/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada do Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Camile Balzano de Mattos. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 34. OBJETO: Fiscalizar a ILPI ROSA DE SARON, atualmente localizada na Rua Coronel Sampaio, 171, Centro (C ROSA MONTES- CNPJ 281791800001-30), anteriormente localizada na Rua Raul Pilla, n. 98, Bairro Bernandethe, de propriedade e administrada por CRISTIANE ROSA MONTES (CPF 01151849022), e tinha como responsável técnica ANYSSA ROBERTA RODRIGUES DE AREDES, CPF 02765957002 e CREF 547102. INVESTIGADO(S): ILPI Rosa de Saron (C ROSA MONTES), Cristiane Rosa Montes. LOCAL DO FATO: Rio Grande. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00852.000.724/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada do Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Camile Balzano de Mattos. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor



de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 34. OBJETO: Fiscalizar a ILPI EBENEZER, localizada na Rua General Osório, 480, Centro (EVERTON CILENO BECKER ME- CNPJ 251300240001-96), tendo como responsável técnica Eduarda de Quadros Morrudo Garcia, CR 509925 (CNPJ 25130024/0001-96. INVESTIGADO(S): ILPI EBENEZER (EVERTON CILENO BECKER ME). LOCAL DO FATO: Rio Grande. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01704.000.028/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Rosário do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Maurício Arpini Quintana. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul. OBJETO: Construir solução para a falta de médico psiquiatra nos quadros do CAPS. INVESTIGADO(S): Município de Rosário do Sul. LOCAL DO FATO: Rosário do Sul. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01894.000.443/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sobradinho. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Amanda Giovanaz. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sobradinho. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar, de forma permanente, JN Casa Geriátrica Bem Viver LTDA-ME, situada na Rua Padre Osvaldo Streck, n. 91, Centro, em Sobradinho/RS. INVESTIGADO(S): Casa Geriátrica Bem Viver. LOCAL DO FATO: Rua Padre Osvaldo Streck, n. 91, Centro, em Sobradinho/RS.. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01744.000.266/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernanda Ramires. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. OBJETO: Possível falha no atendimento da UBS existente na localidade de Galpões, em Coronel Bicaco, em virtude de o local se encontrar fechado quando deveria estar aberto, causando, assim, prejuízo aos moradores do local no que diz respeito ao direito à saúde. INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de Coronel Bicaco. LOCAL DO FATO: Coronel Bicaco. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.001.198/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Edes Ferreira dos Santos Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 2º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Investigação de irregularidades nas condições de atendimento e de funcionamento da ILPI Casa de Repouso Recanto das Rosas Ltda., CNPJ n. 14.831.015/0001-06, localizada na Avenida dos Cubanos, n. 155, Bairro Partenon, nesta Capital. INVESTIGADO(S): ILPI Casa de Repouso Recanto das Rosas Ltda. LOCAL DO FATO: Porto Alegre. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de

acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01234.000.122/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sandro Loureiro Marones. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. OBJETO: acompanhar a implementação da política pública de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência no estabelecimento Verde Plaza Hotéis de Turismo Ltda., neste município. INVESTIGADO(S): Verde Plaza Hotéis de Turismo Ltda.. LOCAL DO FATO: Santana do Livramento. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01234.000.118/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sandro Loureiro Marones. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. OBJETO: acompanhar a implementação da política pública de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência no estabelecimento Portal Turismo Hotel Ltda., neste município. INVESTIGADO(S): Portal Turismo Hotel Ltda. LOCAL DO FATO: Santana do Livramento. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 10 de Julho de 2020.

**ANGELA SALTON ROTUNNO**,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

#### BOLETIM N. 265/2020

**A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01234.000.124/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sandro Loureiro Marones. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. OBJETO: COPIA PA 342014 AVERIGUAÇÃO ACESSIBILIDADE PREDIO ESTAÇÃO RODOVIÁRIA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO. INVESTIGADO(S): ESTAÇÃO RODOVIÁRIA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO. LOCAL DO FATO: Santana do Livramento. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01234.000.128/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:



Sandro Loureiro Marones. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. OBJETO: acompanhar a implementação das políticas públicas de acessibilidade de pessoas com deficiência na agência do Banco Santander, deste município. INVESTIGADO(S): Banco Santander - Agência de Santana do Livramento. LOCAL DO FATO: Santana do Livramento. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01234.000.119/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sandro Loureiro Marones. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. OBJETO: acompanhar a implementação das políticas públicas de acessibilidade de pessoas com deficiência na agência do Sicredi, deste município. INVESTIGADO(S): Sicredi - Agência Santana do Livramento. LOCAL DO FATO: Santana do Livramento. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01234.000.127/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sandro Loureiro Marones. CLASSIFICAÇÃO: Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. OBJETO: acompanhar a implementação das políticas públicas de acessibilidade de pessoas com deficiência na agência do Banco do Brasil, deste município. INVESTIGADO(S): Banco do Brasil - Agência Santana do Livramento. LOCAL DO FATO: Santana do Livramento. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01234.000.123/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sandro Loureiro Marones. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. OBJETO: COPIA PA 322014 AVERIGUAR A ACESSIBILIDADE DO PREDIO DA CAMARA DE VEREADORES DE SANTANA DO LIVRAMENTO. INVESTIGADO(S): Câmara de Vereadores de Santana do Livramento. LOCAL DO FATO: Santana do Livramento. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01234.000.129/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sandro Loureiro Marones. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. OBJETO: acompanhar a implementação das políticas públicas de acessibilidade de pessoas com deficiência na agência do Banco Bradesco, deste município. INVESTIGADO(S): Banco Bradesco - Agência de Santana do Livramento. LOCAL DO FATO: Santana do Livramento. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

#### SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01234.000.126/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sandro Loureiro Marones. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. OBJETO: acompanhar a implementação das políticas públicas de acessibilidade de pessoas com deficiência na agência do Banco Itaú, deste município. INVESTIGADO(S): Banco Itaú - Agência de Santana do Livramento. LOCAL DO FATO: Santana do Livramento. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01234.000.125/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sandro Loureiro Marones. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. OBJETO: acompanhar a implementação das políticas públicas de acessibilidade de pessoas com deficiência nas agências do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul, deste município. INVESTIGADO(S): Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Agências de Santana do Livramento. LOCAL DO FATO: Santana do Livramento. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 10 de Julho de 2020.

**ANGELA SALTON ROTUNNO**,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

#### BOLETIM N. 267/2020

**A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01606.000.297/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Esteio. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André de Azevedo Coelho. CLASSIFICAÇÃO: 4º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Esteio. OBJETO: Acompanhar a destinação dos valores repassados ao Conselho Municipal do Idoso referente ao programa parceiro do idoso do Banco Santander. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Esteio. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00821.002.326/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA:



Promotoria de Justiça Cível de Passo Fundo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cassiano Pereira Cardoso. CLASSIFICAÇÃO: 2º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Passo Fundo. OBJETO: PA para acompanhamento do Residencial Terapêutico Green Valle. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Passo Fundo/RS. Obs.: digitalização de Procedimento Administrativo de Acompanhamento já existente no SGP. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00821.002.303/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Passo Fundo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cassiano Pereira Cardoso. CLASSIFICAÇÃO: 2º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Passo Fundo. OBJETO: PA para acompanhamento da instituição Cristo Rey Residencial Terapêutico. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Passo Fundo/RS. Observação: migração do procedimento do SGP para o SIM. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01892.000.029/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Seberi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcelo Fagundes Fischer. CLASSIFICAÇÃO: Cargo de 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Seberi. OBJETO: Apurar eventual cobrança irregular por parte do Hospital Pio XII para a obtenção de cópias de documentação. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Seberi-RS. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 13 de Julho de 2020.

**ANGELA SALTON ROTUNNO**,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.